

Formação Profissional em Serviço Social no contexto de crise estrutural do capital

Luciene Araújo*

Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira**

Gilcélia Góis***

Wiara Costa dos Santos****

RESUMO:

O artigo aborda a formação profissional em Serviço Social no contexto de crise estrutural do capital. A crise no modo de produção capitalista se apresenta de diversas formas e momentos (temporalidade) o qual atinge primordialmente as classes mais vulneráveis. Para sistematizar estes escritos foi realizado uma revisão de literatura numa perspectiva crítica à luz do materialismo histórico-dialético dialogando com autores/as imbuídos na direção social supracitada. Além disso, teve como objetivo também advertir que a crise na qual se debruça, foi tratada como esta se apresentou no cenário/contexto/período pandêmico. Desse modo, pode-se afirmar que a pandemia evidenciou, na cena contemporânea, a pobreza, a miséria e as péssimas condições de vida dos/as brasileiros/as, bem como provocou rebatimentos nas diversas áreas do conhecimento, particularmente, destaca-se o Serviço Social.

Palavras-chave: Formação profissional; serviço social; crise do capital; crise pandêmica.

* Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN, Brasil. Professora temporária na Faculdade de Serviço Social da UERN (FASSO/UERN). Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1509-8587>
E-mail: assistente.luciene@gmail.com

*** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. Professora adjunta IV da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, UERN.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6535-6089>
E-mail: gilceliagois@uern.br

** Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, Brasil.
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7884-9990>
E-mail: vivianoliveirajp@gmail.com

**** Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1383-602X>
E-mail: wiaracosta1@gmail.com

Professional Education in Social Work in the context of the structural crisis of capital

ABSTRACT:

The article addresses professional training in social work in the context of the structural crisis of capital. The crisis in the capitalist mode of production presents itself in different forms and moments (temporality), which primarily affects the most vulnerable classes. To systematize these writings, we carried out a literature review from a critical perspective in the light of historical-dialectical materialism, dialoguing with authors imbued with the aforementioned social direction. We also aim to warn that the crisis we are focusing on is how it presented itself in the pandemic scenario/context/period. In this way, we can say that the pandemic brought poverty, misery and the terrible living conditions of Brazilians to the contemporary scene, as well as causing repercussions in different areas of knowledge, particularly social service.

Keywords: professional qualification; social service; capital crisis; pandemic crisis.

Introdução

Desde que surgiu como sistema e modo de produção dominante, o capitalismo tem sido pródigo em deixar explícitas as suas consequências insidiosas sobre os modos de vida das populações que a ele estão submetidas. A assertiva mencionada apresenta como o Modo de Produção Capitalista (MPC), desde seu surgimento, traz consequências destrutivas em relação à classe trabalhadora e suas diversas estratificações.

O Serviço Social, enquanto profissão socialmente determinada, não se esquivou das perversidades do capital. Para este efeito, introduz-se ao debate sobre formação profissional em Serviço Social, o contexto da crise estrutural do capital, parte-se da análise dessa crise e, de modo particular, de seus impactos do contexto pandêmico. Nesse percurso, debruça-se sobre a crise dos anos de 1960/70, de modo a destacar esse período e seus desdobramentos no Serviço Social.

Em sequência, destaca-se a formação profissional em Serviço Social resgatando a história do Serviço Social desde sua gênese, evidenciando o viés conservador com ações direcionada para “as disfunções sociais” no ajustamento social e reintegração social (Silva; Ribeiro, 2016). Em meados do final dos anos 1960 e de forma mais contundente nos anos de 1970 ocorre o Movimento de Reconceituação. Este redirecionou parcela majoritária da profissão tanto na abordagem teórica crítica, como no método de análise da realidade.

No item intitulado de transformações societárias e formação profissional em Serviço Social, trata-se da dinamicidade do capital e suas inflexões na profissão, destacando

os anos de 1990 marcado pela reestruturação produtiva, financeirização e a ideologia neoliberal rechaçando assim a profissão. Em pleno século XXI, precisamente 2020/2021, a pandemia do novo coronavírus (covid-19) impõe mudanças bruscas tanto na prática profissional, bem como na formação profissional e no cotidiano dos docentes e discentes. Pode se afirmar os retrocessos deste período no Ensino superior, bem como o rebaiamento da formação crítica pelo ensino emergencial remoto adotado neste contexto. Aqui o público e o privado são entrelaçados, com jornadas de trabalho intermináveis e um processo de adoecimento mental.

Crise estrutural do capital e os impactos do contexto pandêmico no Brasil

Na contemporaneidade pode-se afirmar que não há dificuldades em notar que a crise está agudizada. Do senso comum ao conhecimento científico há consenso de que essa condição permeia a vida da população mundial. Desse modo, ela se revela nos âmbitos político, econômico, social, sanitário, cultural e ambiental. No entanto, é relevante pontuar que a crise que se acompanha desde as décadas de 1960/1970 é sistêmica, estrutural, irrefreável e ineliminável, o que faz com que as expressões atuais representem apenas mais uma forma como o capital tem se desenvolvido.

Acompanhando a dinâmica do capital, quanto mais avançam as forças produtivas, mais desigualdades acirram-se, principalmente em países de capitalismo tardio, periférico e subordinado, a exemplo do Brasil. Logo, entender o contexto socio-histórico presente requer observar o processo, cuja condição de dependência agudiza ainda mais os movimentos de exploração e expropriação da classe trabalhadora.

Por conseguinte, desde a restauração flexível do capital até as possibilidades de lucratividade tornaram-se diversificadas, além de colocar a classe subalterna sob condições mais degradantes de produção e reprodução social. No tempo presente, movido pela mundialização e financeirização do capital, ideário neoliberal e modelo de produção baseado no *Toyotismo* vivencia-se a descentralização e esgarçamento da organização dos processos de trabalho, em consonância com a desterritorialização das unidades produtivas e centralização do capital.

Observando as particularidades regionais, as múltiplas maneiras de divisão sexual e sociotécnica do trabalho, flexibilizações de condições e relações de trabalho passam a ser regidas de acordo com novos métodos geridos pelos capitalistas e pelas categorias cooptadas por eles. Assim sendo, Fontes (2003, p. 9) pondera que:

[...] os processos atuais de redução da força de trabalho, em escala mundial, a patamares de disponibilidade sem reservas para o capital evidenciam a construção de formas renovadas de expropriação, destroçando laços sociais e formas jurídicas que, apesar de plenamente capitalistas, se erigiram em freios à

liberdade do capital em face da força de trabalho. Os saltos na escala da acumulação internacional de capitais demonstram que, a partir de certo patamar de concentração, mesmo as populações dos países centrais, que se acreditavam a salvo de novas investidas através de defesas jurídicas, tornavam-se alvo de expropriação.

É perante a expropriação, inclusive do fundo público, com o congelamento de “gastos” sociais nas políticas de saúde e educação, sucateamento das políticas do tripé da seguridade social e centralização na política de assistência, com ênfase nos programas de transferência sob critérios de elegibilidade, que também se enseja a desvalorização da força de trabalho.

Esta ocorre por diversos meios, dentre os quais pode-se elencar: a) novas maneiras de assalariamento; b) rebaixamento salarial; c) escassez de meios e instrumentos de trabalho; d) incremento das novas tecnologias informacionais e comunicacionais para desparticularizar e burocratizar várias atividades laborativas, além do fato do seu uso ser conduzido à extensificação e intensificação da jornada de trabalho, pois através delas fica-se mais difícil discernir o que é tempo de trabalho e tempo de vida.

Mészáros (2015) discorre sobre outras dimensões desse movimento de expropriação e degradação, asseverando que, perante a crise estrutural¹, põe-se em tela o desmoronamento da humanidade e, inquestionavelmente, da natureza; acarretando uma produção destrutiva. Essa crise estrutural, contemporaneamente, tem acirrado a contradição capital/trabalho e consolidado as novas expressões da questão social que, como ressalta Paulo Netto (2000, p. 45) está “[...] elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração”.

O que, em outrora, os países centrais experimentaram com o chamado Estado de bem-estar social, com uma “sociedade salarial” preservada, o Brasil viveu o famigerado Estado de mal-estar social (Oliveira, 2003), mediante a crise a partir do final da década de 1960. Como consequência, tem-se a precarização do trabalho, desproteção social e trabalhista como tendência mundial e, por conseguinte, a negação do direito ao trabalho formal e protegido. Face à orientação neoliberal que emerge no Brasil em meados de 1990, a presença do Estado, mais uma vez, se torna imprescindível para a reafirmação da hegemonia burguesa.

Sob a batuta do ideário neoliberal, espraia-se a autonomia do trabalho, a lógica do (micro)empreendedorismo e dos subcontratos, cuja defesa têm resvalado nas mudanças dos estatutos jurídicos e normativos que regem o direito do trabalho. No movimento da economia mundial, a flexibilização e precarização trazem consigo o desmantelamento da organização de classe, a qual encontra dificuldades devido ao espraiamento das

categorias profissionais, bem como pela diversidade de vínculos trabalhistas firmados, que por sua vez instaura certa competitividade entre seus pares, a exemplo da categoria docente. À vista disso, a precarização do trabalho é entendida como um processo que engloba os diversos âmbitos da vida, gerando:

[...] uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, **que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil**, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho (Druck, 2007, p. 19-20, grifo nosso).

Desse modo, corroborando com a síntese reflexiva de Mészáros (2002), a ação do Estado em favor do Capital é essencial, uma vez que mediante a contrarreforma do Estado, impulsiona-se as privatizações e restrições de direitos, prejudicando massivamente a classe trabalhadora. O resultado disso é a aceleração do desenvolvimento desigual e combinado entre os diversos ramos e setores da economia. (Iamamoto, 2012).

Logo, com a minimização do Estado no trato das expressões da questão social e a sua maximização para o aspecto econômico,

A ideia-força batizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimos de eficiência, qualidade e equidade. Desta ideia chave advém a tese do 'Estado mínimo' e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito à estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isso passa a ser regido pela férrea lógica das leis de mercado. Na realidade, a ideia de 'Estado mínimo' significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital (Frigotto, 1999, p. 83).

Percebe-se, então, que o modo de produção capitalista tem uma forma particular de desenvolvimento, pois os períodos de crise conduzem às estratégias de reorganização do sistema, do Estado e do trabalho, cujas consequências são formas mais intensificadas de exploração do trabalho e extração de lucro, pois como explana Ianni (1980, p. 36),

Na medida em que as relações de produção são, simultaneamente, relações de dependência, alienação e antagonismo, não podem ser preservadas, a não ser que uma das classes sociais seja hegemônica ou disponha de elementos para definir estruturas e as atividades do aparelho estatal. Isto não impede, entretanto, que o Estado exprima, simultaneamente, os interesses da burguesia e alguns interesses de outras classes sociais. O que se verifica, em situações concretas, é que as classes são representadas diferencialmente no Estado burguês. Como se forma e se aperfeiçoa à medida que se desenvolvem as

forças produtivas e as relações de produção, o Estado está constitutivamente organizado e orientado pelas exigências da acumulação capitalista. Não se pode dar a uma classe sem tirar de outra, da mesma forma que não se pode tirar tudo de uma classe, sob pena de extingui-la.

Essa análise tem sido trazida por distintos pesquisadores, dentre os quais afirmam que se está vivenciando atualmente uma ofensiva ainda maior que o neoliberalismo, acarretada pelo avanço do conservadorismo (Souza, 2016). De acordo com Fontes (2005, p. 33), “Esse recuo do papel do Estado também deve ser entendido à luz de uma redução dramática de alternativas políticas, o que, paulatinamente, reduziu o papel da participação popular e da democracia a uma disputa pontual”.

À vista disso e à luz da formação econômico-social brasileira, com o racismo, patriarcado e superexploração da força de trabalho expressando esse caráter particular, pode-se entender que a modernização conservadora faz parte da relação social capitalista.

Todavia, destaca-se a ofensiva conservadora agudizada nos últimos anos, com o ataque aos elementos democráticos e de justiça social, a exemplo do impeachment de Dilma Rousseff, no ano de 2016, as contrarreformas trabalhistas e previdenciária ensejadas pelos governos de Temer (2016 - 2018) e Bolsonaro (2019 - 2022), assim como os congelamentos de financiamento das políticas sociais destacados anteriormente.

Tais fatores se intensificaram no período da pandemia de covid-19, a qual se espalhou no contexto brasileiro a partir de março de 2020 e, até o momento atual, no ano de 2024, ainda se sente os reflexos e inflexões de tamanho descuro governamental. O que as situações vêm revelando é que o conservadorismo tem se alastrado pelas diversas dimensões da vida, em que na política encontra espaço «privilegiado», pois é:

No cenário político brasileiro contemporâneo, [que] a “hipocondria da anti-política” é uma possibilidade posta para as esquerdas brasileiras que, junto com o Partido dos Trabalhadores, sofreram um duro golpe advindo da direita e da extrema-direita. O Partido dos Trabalhadores, que nunca assumiu o ideal da revolução comunista, havia deposto quase a totalidade de seus ideais progressistas no momento em que definiu a estratégia da conciliação de classes, mediante à ampla concessão aos interesses das classes dominantes brasileiras, agarrando-se e reduzindo seu horizonte aos programas de transferência de renda como bastiões do desenvolvimento econômico com “justiça social”. Concessões tão extensivas e intensivas que seria possível estabelecer a imagem segundo a qual o Partido dos Trabalhadores cumpriu a função de “gestor do capital por procuração” (Souza, 2016, p. 133).

Dessa feita, o conservadorismo tem fomentado as ofensivas do capital sobre os sujeitos trabalhadores, cujas expressões da precarização do trabalho para além da flexibili-

zação dos contratos, postos de trabalho e processos de trabalho, têm se dado por meio de adoecimento físico e mental, acirramento da competitividade e fragmentação da organização, tanto das categorias quanto de classe, intensificação e extensão de trabalho.

Seguindo essa trilha, Souza (2016) faz uma análise mundial apontando as especificidades de governo de alguns países, a exemplo do Brasil, e destaca o conservadorismo como a ideologia da crise. Ao estudar aspectos que se expressam no contexto brasileiro, o autor infere que “[...] o conservadorismo e a extrema-direita estão em fase avançada de preparação e execução no Brasil e no mundo” (Souza, 2016, p. 289).

No que concerne ao mundo do trabalho vigente, os avanços das tecnologias informacionais e comunicacionais, postas em evidência com mais contundência a partir da pandemia, têm sido um dos principais fatores à intensificação e desqualificação do trabalho, aligeiramento do ensino/aprendizagem, além do decorrente aumento da superpopulação relativa e os rebatimentos na saúde do trabalhador.

Os fenômenos da privatização, financeirização e mercantilização têm fundamentado as relações sociais contemporâneas, os quais têm colocado em questão a efetivação dos direitos sociais conquistados historicamente, inclusive o acesso à educação pública, laica, gratuita, de qualidade, presencial e socialmente referenciada.

O que o contexto desde a época da pandemia no ano de 2020 e pós-reforma trabalhista brasileira revelam é que principalmente os países de capitalismo dependente só conseguirão garantir a expansão da produtividade e da economia, por conseguinte, aumentando a taxa média de lucros, por meio da destruição maciça dos recursos naturais e promovendo ao máximo o esgotamento da força de trabalho.

Em síntese, a pandemia fortaleceu e ampliou as medidas da contrarreforma trabalhista brasileira, a exemplo do *home office*, legalização da terceirização, trabalho esporádico, remoto, dentre outros. Com isso, como se vem estudando, as condições e relações de trabalho dos sujeitos submetidos às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são precarizadas exacerbadamente.

No capitalismo pandêmico, que tem como diretiva a letalidade e destrutividade em larga escala (Antunes, 2022), a pandemia só evidenciou esse processo de maior exploração, expropriação e espoliação do trabalhador, o que por sua vez põe abaixo a tese do “adeus ao trabalho vivo”.

Esse movimento é corroborado por meio da apropriação dos bens de consumo do trabalhador, processo de ajuste fiscal e apropriação do tempo total do sujeito, por meio das TICs, o que tem rebatido num processo de formação que resgata aspectos do conservadorismo, pautados da razão positivista, fenomenológica, pós-moderna, com uma

qualificação aligeirada, tecnicada, voltada ao mercado de trabalho e deixando à revelia, por vezes, o movimento teórico-reflexivo.

Como consequência, é prejudicada a qualidade da prestação de serviços à população usuária por profissionais que não tiveram acesso à formação crítica, exercício investigativo e interventivo, além do *déficit* na produção de conhecimento capaz de dar respostas à realidade que efetivamente contemplem às demandas da classe trabalhadora.

Formação profissional em Serviço Social: elementos para o debate

O Serviço Social, enquanto processo de formação, no caso brasileiro, surge ligado à Igreja católica, e, em suas expressões iniciais, as suas bases estiveram ligadas ao assistencialismo, à filantropia e à benesse. Nesse sentido, a profissão surgiu sob a perspectiva de ajuda aos mais necessitados, existia a ideia de ser uma espécie de vocação. Para fins de contextualização, “[...]o Serviço Social teve origem na Europa, século 19, na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista [...]” (Silva; Ribeiro, 2016, p. 334).

Em se tratando do caso brasileiro, as autoras Silva e Ribeiro (2016, p. 344) apontam que a História do Serviço Social no Brasil tem sua gênese

[...] no quadro conjuntural da década de 1930, governo Vargas (1930-1945), emergiram os primeiros cursos, iniciativa do Estado varguista e segmentos dominantes da sociedade no sentido de assegurar a força de trabalho necessária à criação de um projeto nacional industrial, de caráter burguês, de expansão do modo de produção capitalista interno, com subordinação ao capital internacional. O processo de acumulação capitalista brasileiro inseria-se no polo industrial, novo mercado em consolidação no governo Vargas, com fortes vínculos ao mercado mundial [...].

Nesse sentido, percebe-se o caráter conservador e manutenção da ordem do capital atrelado ao surgimento da profissão. Nesse processo, notou-se o recrudescimento das expressões da questão social, requisitando do Estado uma atuação mais intensiva. Com isso, tem-se a criação de algumas escolas de Serviço Social no Brasil: 1936 em São Paulo; e em 1937 no Rio de Janeiro (Forti, 2012).

O que necessitava neste momento era profissionais para intervir nas manifestações da questão social, como forma de garantir a expansão do sistema capitalista e de ajuste dos sujeitos, pois havia uma noção de culpabilização dos indivíduos pela sua condição de pobreza, a ideia de que devia ajustar os desajustados e que o ser humano era o único responsável pela sua mudança e transformação de vida.

Neste aspecto, o papel do assistente social era de uma ação direcionada no tratamento das “[...] disfunções sociais, no ajustamento social e na reintegração social [...]” (Silva; Ribeiro, 2016, p. 345). O Serviço Social tradicional era realizado “[...] de forma curativa, preventiva e promocional, por meio da intervenção individual, grupal e comunitária, visando assegurar o equilíbrio e a harmonia na sociedade[...]” (Silva; Ribeiro, 2016, p. 345).

Em síntese, essas constituíram as bases iniciais do Serviço Social no Brasil. Na busca por romper com os fundamentos herdados de suas protoformas, a profissão passou a enfrentar lutas e desafios que culminaram, a partir dos anos 1970, no Movimento de Reconceituação, marcado por uma ruptura teórica, política e ideológica. Esse processo foi alicerçado em princípios e valores do marxismo, sendo adotado como método de análise da realidade e possibilitando o afastamento do viés conservador historicamente presente na profissão. Um marco histórico desse movimento ocorreu em 1979, na cidade de São Paulo, durante a realização do III CBAS – o Congresso da Virada.

Esse processo deve ser compreendido à luz do contexto histórico vivido pelo Brasil, caracterizado pela redemocratização do país. Com o fim da ditadura militar e a aprovação de uma Assembleia Constituinte, inaugurou-se um período de retomada dos direitos sociais, políticos e culturais. Para o Serviço Social, esse momento representou a construção de uma nova forma de pensar e exercer a profissão, tendo como princípio central a luta em defesa da classe trabalhadora e a afirmação de uma nova sociabilidade. É nesse contexto que emerge o projeto ético-político da categoria, materializado nos princípios do Código de Ética e em sua expressão jurídico-política.

Em relação ao Código de Ética, neste percurso, foram elaborados 03 códigos: de 1975, 1986 e o de 1993. O primeiro ainda com uma marca do conservadorismo, o segundo, apresenta já uma busca com rompimento de medidas conservadoras, já se trata de um grande avanço, e o terceiro, o que se consolida até hoje, demonstra uma direção emancipatória e de defesa dos direitos humanos.

Conforme aponta Forti (2012, p. 274) “[...]o Código de Ética Profissional vigente expressa revisão do Código de 1986, que objetivou o refinamento das suas referências para o exercício profissional, isto é, realizou uma espécie de depuração dessas referências mantendo o sentido do Código precedente (1986) [...]”. O Código de Ética de 1993 que é o atual, apresenta 11 princípios fundamentais que norteiam e direcionam o corpo profissional.

Diante desse percurso de renovação do Serviço Social em seu amadurecimento teórico, intelectual e político, avanços significativos foram possíveis perceber para a for-

mação e o exercício profissional, contudo, alguns rebatimentos são enfrentados pela profissão mediante à sociabilidade capitalista.

Nesse panorama histórico que sintetizou a trajetória da profissão no Brasil, são dedicadas as próximas linhas para problematizar as principais tendências que conduziram o processo formativo de assistentes sociais desde o surgimento do Serviço Social brasileiro à atualidade.

Face ao exposto, como supracitado, o Serviço Social emerge no seio da Igreja Católica enquanto uma ação mobilizada pelo Estado e pelo empresariado (Iamamoto; Carvalho, 2014) para controlar a classe trabalhadora e a apaziguar os conflitos entre os interesses antagônicos das distintas classes da sociedade burguesa. Com efeito, em seu lastro conservador, a formação profissional em Serviço Social foi pensada à luz de valores humanistas cristãos (Yazbek, 2020), com fundamento doutrinário alicerçado no neotomismo.

Esta doutrina religiosa direcionou a formação profissional para munir as mulheres de conhecimentos da vontade Divina, da fé, da caridade para com os pobres. Com a expansão do capital e a complexificação das expressões da questão social, reconhecida pelo Governo Vargas como questão política, o exercício profissional demandou um processo formativo que oferecesse métodos e técnicas capazes de intervir nas demandas de forma objetiva e científica, bem como de um arcabouço teórico para fundamentar a prática.

Assim sendo, com a aproximação ao Serviço Social norte-americano, a formação profissional, em meados da década de 1940, incorporou a teoria positivista constituindo o que se convencionou chamar de arranjo técnico-doutrinário (Iamamoto; Carvalho, 2014): neotomismo e positivismo configuraram à formação das profissionais a fim de atender às necessidades de expansão e valorização do capital. Em outras palavras, para ajustar e enquadrar as pessoas pobres às condições necessárias para manter a ordem na sociedade brasileira com o intento de viabilizar o progresso do desenvolvimento capitalista de caráter urbano-industrial.

Aqui, uma ponderação: a categoria era (como ainda é) majoritariamente constituída por mulheres inseridas no mercado de trabalho e atuando junto à população em situação de vulnerabilidade social e econômica, a qual era culpabilizada por sua pobreza e responsabilizada por sua superação. Neste âmbito, foram ocultadas as relações de exploração e opressão vivenciadas por sujeitos racializados e com corpos sexuados (Cisne, 2014): as dimensões de raça/etnia e gênero - presentes nas particularidades da questão

social brasileira - eram desprezadas nas análises realizadas pelas assistentes sociais à época (Ferreira, 2019).

Contudo, tais profissionais, em meio às contradições de classe e ao contato direto com a classe trabalhadora foram construindo uma consciência crítica a respeito de sua prática e da polarização de interesses engendrada na disjunção entre quem demanda a sua intervenção e a quem se direciona os seus serviços (Yazbek, 2020). Soma-se a este movimento os contributos do Movimento de Reconceituação que ocorria em toda a América Latina, em meados da década de 1960, com o anseio de repensar a fundamentação teórica e metodológica do Serviço Social latino-americano entendido agora como pertencente à classe trabalhadora assalariada.

Nesta seara de renovação profissional, há a disputa pela direção do processo formativo que, até então, era voltado para compreender os indivíduos como responsáveis por sua pobreza, doenças, desempregos, e outros problemas sociais. Não será retomado as discussões realizadas por Paulo Netto (2015) em seu estudo sobre o Movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro iniciado em 1965 até 1975 com a vertente modernizadora (perspectiva estrutural/funcionalista); a vertente reatualização do conservadorismo de caráter fenomenológica indo de 1975 a 1980; e a vertente de intenção de ruptura que ganhou fôlego a partir da década de 1980 e oxigena a profissão até os dias atuais.

O que aqui interessa é sinalizar à ruptura com o conservadorismo na formação profissional a partir do marco político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ocorrido em 1979. Conhecido como “Congresso da Virada”, foi o marco político para a transformação dos fundamentos conservadores da formação e do exercício profissional possibilitando a construção de um projeto profissional com dimensão ética, política e alinhado a um projeto societário em que as determinações de classe, as relações sociais de sexo e as étnicas-raciais não sejam apropriadas pela ordem societária para legitimar e intensificar a exploração e a opressão.

Em 1982, foi formulado um currículo mínimo para a formação profissional com qualidade, crítica, reflexiva e com direcionamento ético e político capaz de analisar os problemas sociais enquanto expressões da questão social e a capacidade organizativa dos sujeitos políticos da classe trabalhadora; contudo, para atender às formalizações do Ministério da Educação (MEC), o currículo mínimo foi transformado em Diretrizes Curriculares em 1996, isto é, seu caráter obrigatório foi esvaecido, sendo aprovado pelo MEC em 2001 com reduções significativas quanto à direção e ao significado da profissão.

Destarte, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os Conselhos Regionais e Federal de Serviço Social (conjunto CFESS/CRESS), juntamen-

te com a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), defendem uma formação profissional condizente com o projeto ético-político, ou seja, que reconheça a questão social como objeto de trabalho das(os) assistentes sociais, as políticas sociais como instrumentos, e a transformação da realidade como resultado coletivo da atuação.

Tal processo é alicerçado nos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), quais sejam: fundamentos da vida social; da formação social e econômica do Brasil; e do trabalho profissional. Estes núcleos possuem discussões específicas, porém são articulados e devem ser transversais ao processo formativo. Em sendo assim, possibilitam as(os) futuras(os) assistentes sociais uma compreensão da ordem sociometabólica do capital, das particularidades da formação social e econômica brasileira, bem como do exercício profissional junto à classe trabalhadora em que as demandas pelos serviços públicos devem ser analisadas e apreendidas a partir da consubstancialidade entre classe, raça/etnia e gênero.

Ora, as determinações de classe dizem o lugar que o sujeito ocupará, a raça/etnia é estrutural e estruturante na sociedade capitalista, e, juntamente com o gênero, constitui a questão social no Brasil (Ferreira, 2019). Dito de outra forma, as expressões da questão social que chegam aos espaços socio-ocupacionais das(os) assistentes sociais são mediatizadas pela classe, raça/etnia, gênero e, de acordo com os estudos de Lima (2014), pela orientação sexual.

Como consequência, a formação profissional deve calcar-se em pilares de criticidade, anticapitalista, antirracista e da luta feminista tendo a História como tempo/espço em que se gesta as relações sociais contraditórias e antagônicas objetivando ultrapassar a aparência das demandas e buscar a apreensão da realidade de forma material, histórica e dialética. Desta feita, o processo formativo não está imune às transformações societárias as quais acarreta implicações para a defesa de uma formação profissional crítica e de qualidade.

Transformações societárias e formação profissional em Serviço Social

As transformações na sociedade decorrem do movimento dialético e constante em as forças produtivas se confrontam com vistas a ampliar a conquista de seus interesses particulares. Como visto anteriormente, no capitalismo, classe burguesa e classe trabalhadora estão em um *loop* permanente e permeado por contradições e antagonismo. Esta relação é mediada pelo Estado que, embora seja burguês, é tensionado pela capacidade organizativa dos segmentos sociais. Este debate vem a ser o alicerce da problemati-

zação da formação profissional em Serviço Social no seio das transformações societárias de ordem econômica e política a partir da década de 1990 no Brasil.

Assim, faz-se necessário recordar que os anos de 1990 foram marcados pela restauração do capital via reestrutura produtiva, financeirização e ideologia neoliberal (Netto; Braz, 2012). De forma imbricada, este tripé orientou a intervenção do Estado na área social conformando direcionamentos para as políticas sociais sob a égide dos interesses do mercado. Em seguimento, a política educacional, a que é relevante aqui, é implementada de acordo com as necessidades do capital: educação utilitarista e um ensino acrítico e funcional às demandas do capital. No que diz respeito à educação superior, tem-se a constituição de um nicho lucrativo com a ode à formação voltada para o ingresso no mercado de trabalho.

Somada à necessidade de venda força de trabalho por parte dos sujeitos, acrescenta-se o discurso da democratização da educação superior brasileira. Assim, firma-se bases para conformar a burguesia educacional mediante à expansão das instituições privadas, o alinhamento das universidades públicas aos princípios do mercado, as parcerias público-privadas em troca de bolsas estudantis e ampliação do acesso ao ensino superior, a flexibilização da formação profissional por meio da Educação a Distância (EaD), dentre outros, constituem mecanismos adotados pelo Estado burguês neoliberal para atender, de um lado, às reivindicações do movimento estudantil por ampliação das vagas nas universidades e de condições de permanência; por outro, aos anseios do capital de expandir-se para todas as dimensões da vida social.

Vale ressaltar a incorporação da ideologia pós-moderna nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade contemporânea: uma ideologia - que emerge como desdobramento da ideologia neoliberal e do neoconservadorismo - que conflui para legitimar o *ethos* burguês e o esvaziamento da ontologia do ser social. Seus princípios são calcados na volatilidade e fluidez das relações sociais, no imediatismo dos resultados, na aparência tomada como verdade, no culto ao senso comum, na deslegitimação do saber científico, na relativização da vida, no individualismo e competitividade entre os sujeitos, enfim, constitui um caldo cultural que resulta, grosso modo, na desmobilização política da classe trabalhadora e no avanço da destruição capitalista.

O debate transcrito objetivou fundamentar a análise sobre a formação profissional em Serviço Social que não está imune a estas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas. Por conseguinte, o processo formativo de novas(os) assistentes sociais é atravessado pela desestruturação da política educacional brasileira que enfatiza a formação de profissionais funcionais ao sistema do capital indo de encon-

tro ao projeto ético-político da profissão que tem como horizonte a transformação da ordem societária vigente.

A formação profissional em Serviço Social com qualidade e crítica com zelo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão vem sendo ameaçada pelas investidas do capital a qual destacam-se: inviabilização de assegurar o cumprimento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, oferta de cursos sequenciais, redução do debate sobre a vida social, pulverização de cursos EaD sem a devida fiscalização do MEC - inclusive com oferta em locais sem autorização do órgão competente -, precarização das condições de trabalho docente, somada à sobrecarga e à cobrança por produtividade científica, que recai no limbo do produtivismo.

As consequências também são vivenciadas pela comunidade estudantil: no cenário de redução do papel do Estado frente às expressões da questão social, os sujeitos são obrigados a buscar a inserção no mercado de trabalho cada vez mais precocemente para atender suas necessidades vitais. Nesse contexto, vivenciam a árdua conciliação entre estudo e trabalho.

Em síntese, tem-se um rebaixamento da qualidade da formação profissional em Serviço Social, uma vez que as investidas neoliberais atingem diretamente a subjetividade do sujeito: a necessidade/desejo de obter um diploma. Com tal feito, amplia a mercantilização e mercadorização da educação superior esvaziando o pensamento crítico, reflexivo e propositivo com cursos minimalistas, aligeirados e empobrecidos de discussões acerca das relações sociais étnico-raciais, de gênero e classe fundamentais para a apreensão das multifacetadas expressões da questão social.

Uma ressalva é necessária: os retrocessos e ataques políticos à formação de qualidade são evidentes e constantes, contudo, não significa dizer que não há mobilização e organização política das entidades do Serviço Social em defesa de um ensino gratuito, público, de qualidade, laico e plural. A seguir, discutir-se-á sobre este posicionamento a favor da formação profissional em Serviço Social comprometida com a classe trabalhadora no contexto da pandemia do coronavírus.

Formação profissional em meio ao contexto pandêmico do covid-19

A pandemia do novo Coronavírus (covid-19) deixou marcas na forma de ensino e aprendizagem para docentes, discentes e membros no geral. É neste aspecto que agora apresentar-se-á algumas reflexões da pós-pandemia para a formação profissional em Serviço Social.

O debate acerca da formação profissional pós-período pandêmico se insere em um processo da forma como as instituições adotaram as ferramentas e meios para garantir

a continuidade do ensino. A pandemia trouxe várias implicações para a qualidade da formação, permeado por uma mercantilização da educação e do ensino, mostrando as barreiras e dificuldades que discentes e docentes vivenciaram dentro das universidades cotidianamente. Portanto, o ensino remoto emergencial adotado durante o momento atípico pandêmico, demonstrou que:

Ao pensar qualquer proposta de Ensino Remoto Emergencial (ERE) é preciso de partida considerar as profundas mudanças econômicas e sociais desencadeadas pela pandemia, com fortes impactos na vida de docentes, discentes, servidoras/es técnico-administrativas/os e trabalhadoras/es terceirizadas/os. O debate das condições para o ERE não se reduz ao acesso à rede de internet e à disponibilidade de telefone celular e/ou demais equipamentos. É preciso considerar todos os efeitos da desigualdade social combinados à crise sanitária e econômica, tais como: o agravamento da precarização laboral (uberização, informalização e terceirização); do desemprego e/ou da redução de salários, que têm causado instabilidade social e psicológica para a imensa maioria da sociedade (ABPESS, 2020, p. 309).

Deste modo, percebe-se que os rebatimentos recaem em aspectos econômicos, sociais e psicológicos sobre a vida das pessoas, pensando além do processo de formação, mas também na perspectiva profissional desses sujeitos que vão para o mercado de trabalho e se deparam com a intensificação da informalidade e da precarização nos postos de trabalho. Outro aspecto, diz respeito às dificuldades que o ensino remoto apresenta para o corpo docente no sentido que “[...] impõe aos profissionais uma jornada de trabalho, muitas vezes, interminável que não permite mais separar o que é trabalho e o que é vida privada. Essa rotina desgastante poderá levar muitas/os profissionais ao adoecimento laboral[...]”. Ou seja, o momento de descanso em casa torna-se uma extensão do trabalho ocasionando uma sobrecarga (ABPESS, 2020, p. 309).

A pandemia tornou visível à precarização da educação e do ensino para a formação profissional dos/as discentes e os obstáculos que os docentes enfrentam para garantir um ensino de qualidade, e pensando no Serviço Social, como esses sujeitos em seu processo de ensino buscam ir em consonância com as Diretrizes Curriculares, assim como, com o Projeto Ético-Político e a Lei de Regulamentação defendidas da profissão, para a construção social de sujeitos profissionais que lutam em defesa da classe trabalhadora, um sociedade mais justa e igualitária em torno de um projeto emancipatório, valores estes presentes no Código de Ética e no projeto profissional da categoria.

São nesses moldes que a formação profissional em Serviço Social pós-pandêmico vem enfrentando desafios para consolidar e defender um ensino com “[...] direção ética, política, socialmente referenciada e nunca neutra[...]” (Castro; Sirelli; Fernandes, 2023,

p. 76). A ABEPSS em meio a pandemia posicionou em favor desses princípios e de uma educação de qualidade, contrária a tudo que pudesse comprometer a formação profissional do Serviço Social.

Dentre os diversos ataques que a educação vem sofrendo desde o desgoverno do ex-presidente Bolsonaro, é só lembrar dos discursos dos ministros da educação que encaram a educação como gastos para o governo e não investimentos, assim como, os ataques para a privatização das instituições (Castro; Sirelli; Fernandes, 2023). Nessa lógica, entende-se como o grande capital com suas medidas ultraneoliberal de cortes para o social em detrimento da acumulação e do lucro. Esse período governamental claramente evidenciou e intensificou as desigualdades sociais e educacionais.

No caso da Educação, tais ataques fazem parte da agenda da contrarreforma do Estado, combinando sua face econômica à intelectual e moral, no sentido de tornar o país mais dependente e heterônimo, esvaziando a pesquisa; e, no mesmo passo, asfixiar a crítica social produzida nas universidades públicas, tendo em vista – pela força – forjar a adesão ao projeto Future-se (Behring, 2019 *apud* Castro; Sirelli; Fernandes, 2023, p. 232).

Um das mais visíveis investidas do capital na educação é a mercantilização do ensino com ênfase na educação aligeirada com retorno financeiro para o capitalismo, é o EaD com potencial investimento nas faculdades privadas. Essa modalidade de ensino demonstra um desmonte e precarização da educação, onde os sujeitos não vivenciam o contato direto com os docentes, a indissociabilidade da teoria com a prática deixam lacunas, tornando um momento potencializador da formação com vista capacidade crítica, propositiva, ética e política a desejar. Aqui se está diante de “[...] um ataque direto a um projeto de educação progressista e classista que avançou no desfinanciamento da educação pública e referendou um projeto conservador e anti-ciência[...].” (Castro; Sirelli; Fernandes, 2023, p. 79).

Portanto, ensino remoto emergencial (ERE) ocasionou fragilidades para a formação profissional em Serviço Social apontado pelas autoras em que a ABEPSS apontou “[...] perda do diálogo/debate coletivo e das estratégias pedagógicas que ampliam a interação docente/discente; pela falta de aprofundamento dos conteúdos das disciplinas; e pela redução dos conteúdos programáticos das disciplinas, tanto na graduação quanto na pós-graduação [...]” (*apud* Castro; Sirelli; Fernandes, 2023, p. 79). Essas fragilidades apresentaram lacunas para a qualidade do ensino dos discentes, consequentemente para o exercício profissional.

O contexto atual é perpassado por heranças advindas pós-pandemia, as universidades, discentes, docentes e o corpo profissional em geral, buscam retomam ao ensino presencial anterior a esse momento, mas que se depara com vários obstáculos e retrocessos. Conforme apontam Castro, Sirelli e Fernandes (2023, p. 83) acerca dos efeitos causados pelo ERE para a formação.

Vivenciamos os efeitos das aulas remotas: defasagem de conteúdo, dificuldade de socialização, impulso à intolerância, cansaço, angústia, ansiedade, além de, dentre outras coisas, estudantes que estão no meio do curso e desconhecem as entidades representativas da profissão. Voltamos para uma universidade pública com piores condições de trabalho, com muitos aparelhos elétricos e eletrônicos com defeito pelo tempo em desuso (e que não serão facilmente substituídos), salas sujas e espaços mal cuidados, além de um esvaziamento das entidades de representação, numa clara tentativa de desorganização coletiva e de enfraquecimento das instâncias políticas de organização. É um ensaio de apartar a comunidade acadêmica, desvalorizando os espaços de construção e troca de saberes, reduzindo a educação à mera transferência de conhecimento e os espaços, como o estágio supervisionado, à mera preparação para o mercado de trabalho.

Essa nova forma de pensar a educação em seus diversos aspectos vai de encontro à lógica do capital e seus impasses para a formação, nesse sentido, conforme aponta Farage (2021, p. 49), “a política alienante do capital quer impor uma nova cultura, naturalizando um ‘novo normal’ que não encontra sentido nem mais na qualificação da força de trabalho [...]”.

O capitalismo vem buscando de várias formas mercantilizar a construção do ensino, visualizando os sujeitos apenas na perspectiva de manutenção da força de trabalho, que sejam alienados sem consciência política e social. Farage (2021, p. 53) caracteriza os impactos que o sistema educacional enfrenta com esse novo normal e o ensino remoto emergencial, como uma “[...]contrarreforma da educação, que tem na mediação da tecnologia uma forma de acesso ao ensino superior[...]”.

Com isso, essas implicações evidenciam consequências para o ensino superior, assim, conforme aponta Farage (2021, p. 54) são elas:

i) a fragilização do tripé ensino-pesquisa-extensão conquistado no artigo 207 da CF/1988; ii) a intensificação do trabalho docente; iii) a precarização das condições de trabalho; iv) a desestruturação da carreira docente; v) a competição entre os docentes; vi) a seletividade dos programas de pós-graduação, com a política constante de redução de recursos das bolsas de estudo; e vii) o adoecimento docente.

Contudo, os desafios presentes na formação profissional em contexto pós-pandêmico são perpassados pelas configurações ultraneoliberais de contrarreforma nas políticas públicas, especialmente, no papel do Estado. Portanto, em uma perspectiva crítica e analítica do papel do Estado no sistema de produção e reprodução da lógica do capital em um processo que atribui a essa instituição um mecanismo de mediação entre as lutas sociais travadas pelos trabalhadores e a manutenção da mais-valia. Nesse sentido, Behring (2008, p. 40-41) afirma que:

[...] O Estado é, portanto, um mecanismo de dominação - de classe tendo em vista a apropriação privada do sobreproduto social/excedente e/ou dominação de sua produção e distribuição em qualquer tempo, em que pese os trânsitos dos modos de produção - do feudalismo para o capitalismo, por exemplo de exercício do poder político e institucionais da monarquia para a república ou do Estado Absoluto para o Estado Democrático de Direito [...].

O Estado se apresenta em sua constituição como órgão de dominação econômica, social e política sob as classes em seu modo de produção, em um caráter de instrumento de classes diante de uma sociabilidade capitalistas que visualiza o Estado como sistema de manutenção da força de trabalho para garantir a reprodução do capital, entende-se como o aparato estatal é requisitado para que funcione naquela lógica de ser um Estado máximo para o capitalismo e um Estado mínimo para o social.

Trazendo à tona a perspectiva marxista que faz uma análise do Estado como sendo “[...] um elemento central na dinâmica da totalidade concreta, a sociedade burguesa, sacudida pelas contradições ao longo da história - da luta de classes e ao longo dos ciclos do capitalismo [...]” (Behring, 2008, p. 42). A relação da constituição do Estado com o capitalismo e sua formação social e histórica tem intrínseca articulação com a contradição capital/trabalho, ou seja, o trabalho como elemento fundante e as lutas de classes travadas nessa sociabilidade.

Considerações finais

Sem nenhuma intenção de esgotar a temática proposta neste artigo, o capital, nas suas diversas “versões”, causou implicações nocivas para o Serviço Social considerando que esta profissão surge imbricada ao capitalismo. De fato, a crise estrutural e a formação profissional em Serviço Social estão entrelaçadas. Em se tratando do período pandêmico ocorreram concomitantemente outras crises, crises estas que não deixaram de ter rebatimentos na profissão.

A crise sanitária não se restringiu precisamente à dimensão econômica, mas com todas as dimensões, seus processos políticos, culturais, o cotidiano dos sujeitos, instaurou novos e velhos tempos, uma sucessão de demandas que não foram esgotadas pela profissão em virtude das diversas crises ou crises cíclicas do modo de produção capitalista. Este contexto trouxe inúmeros desafios para a formação profissional num período em que a direção sociopolítica fundamentada no marxismo consegue adensar-se na profissão, por outro lado tem-se ainda a tentativa de um retorno conservador denominado de neodesenvolvimentismo.

Em sendo assim, entende-se que se faz cada vez mais urgente aprofundar-se na ontologia do ser social, objetivando superar as estratégias de intervenção formalistas, instrumentais e tecnicistas que não estão atentas aos desejos e necessidades dos sujeitos. Entender o macro e micro é estratégico para que se tenha possibilidade de uma nova sociabilidade.

Com efeito, a formação profissional segue as transformações societárias sendo desafiada a manter seu direcionamento teórico, metodológico, ético e político de maneira a formar profissionais qualificadas/os para apreender a dinâmica social, política e econômica da sociedade com vistas à viabilização dos direitos sociais por meio da responsabilização do Estado.

Nesse diapasão, urge o enfrentamento às iniciativas do capital em moldar a formação acadêmica para ser estritamente voltada ao emprego, reduzindo a capacidade crítica e reflexiva ao capturar as instituições educacionais de nível superior impondo seu alinhamento à lógica do mercado por meio do Estado neoliberal. Desta vez, na cena contemporânea, a defesa da educação superior de qualidade, pública, gratuita e democrática exige a organização da sociedade em mobilizações contra o esvaziamento do ensino, redução do currículo, o aligeiramento da formação, a redução dos investimentos nas áreas de pesquisa e extensão, os insuficientes recursos para a assistência estudantil, dentre outras implicações do capitalismo financeiro e neoliberal.

Sob este panorama, o Serviço Social é chamado a oxigenar sua organização política por meio das entidades representativas da profissão e das/os estudantes, resgatando sua história no processo de construção do projeto ético-político hegemônico e contribuindo com as lutas sociais contra o ensino mercadorizado, a distância, aligeirado e minimalista que são, na verdade, a explicitação da luta entre as classes sociais.

Referências

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Trabalho e Ensino Remoto Emergencial. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 20, n. 40, p. 306-312, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/32923>. Acesso em: 4 fev. 2024.

ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. (org.). *Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UFRJ, 2008.

CASTRO, Marina Monteiro de; SIRELLI, Paula Martins; FERNANDES, Rafaela Bezerra. Política de educação e pandemia: desafios para a formação profissional em Serviço Social e resistências da Abepss. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 52, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/75916>. Acesso em: 04 fev. 2024.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>. Acesso em: 31 mar. 2024.

DRUCK, Graça. *A precarização social do trabalho no Brasil: uma proposta de construção de indicadores*. Salvador: CRH :UFBA: CNPq, 2007. Projeto de Pesquisa Bolsa Produtividade do CNPq.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.237>.

FERREIRA, Camila Manducca. Entre o passado e o futuro: O debate da questão étnico racial no Serviço Social Brasileiro. *Emancipa*, São Paulo, n. 4, p. 80-93, maio, 2019. Disponível em: <https://www.cress-sp.org.br/uploads/revista/604/10f3UI1Bdl1aEm6CkXdXESODnk0bWHAp>. Acesso em: 22 mar. 2024.

FONTES, Virgínia. *Marx, expropriações e o capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio*. 2003. Disponível em: <http://www.odiario.info/b2-img/critmarx.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

FORTI, Valeria. Direitos Humanos e Serviço Social: notas para o debate. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 28, p. 265-280, 2012. Disponível em: <https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/13artigo.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Globalização e Crise do Emprego: mistificações e Perspectivas da Formação Técnico-Profissional. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 1999. Disponível em: <https://senacbts.emnuvens.com.br/bts/article/view/597>. Acesso em: 30 mar. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octavio. Introdução. In: MARX, K. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980. p. 7- 42.

LIMA, Rita de Lourdes. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vHCTChb9g3JMwkNjYMjNTsc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, DF, n. 3, 2000.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17ª. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1.

SILVA, Maisa Miralva da; RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no Serviço Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 342-350, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.cressgoias.org.br/images/noticias/43584-161618-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, jul./dez. p. 293-306, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934/21667>. Acesso em: 12 mar. 2024.

Recebido em: 02 de agosto de 2024

Aprovado em: 29 de janeiro de 2026

Nota

- 1 É uma crise que naquele momento tinha como elementos de esgotamento a) pela queda da taxa de lucro; b) hipertrofia financeira; c) concentração de capitais mediante às fusões entre monopólios e oligopólios; d) crise do welfare state; e) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista. Esta requisitou uma base de alterações no sistema ideológico e político dos Estados, promovendo redefinições profundas na relação entre capital e trabalho, processo que culminou com a reestruturação produtiva e mundialização do capital guiada pelo ideário neoliberal, com preponderantes reflexos para o mundo do trabalho e, consequentemente, para a classe trabalhadora, visto que ocorreu fragmentação, heterogeneização e complexificação ainda maiores (Antunes, 2011).